

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL (CSPBES)

PARECER N. 2/2022

Objeto: Projeto de Lei nº 5408, de 3 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a proibição da exigência de documentos de comprovação de imunização contra Covid-19, seja no âmbito público ou privado, como meio de restrição do livre trânsito dos cidadãos no Município de Patos de Minas.

Autoria: Vereador José Luiz Borges Júnior

Relator: Vereador João Batista Gonçalves – Cabo Batista

RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 5408/2022, de autoria do vereador José Luiz Borges Júnior, que dispõe sobre a proibição da exigência de documentos de comprovação de imunização contra Covid-19, seja no âmbito público ou privado, como meio de restrição do livre trânsito dos cidadãos no Município de Patos de Minas.

O autor argumenta em sua justificativa que a vacinação no estado de Minas Gerais é facultativa, dessa forma, a proibição da exigência de comprovante de vacinação no âmbito municipal, além de constitucional e legal, é necessária para se evitar abusos por parte de entes públicos e privados.

Neste diapasão, também é mencionado que a exigência do, popularmente chamado, passaporte vacinal é um instrumento de segregação e polarização social.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, recebendo parecer favorável e, aprovada em 1º turno, na data de 24/02/2022.

Sendo assim, a proposta foi encaminhada a esta Comissão para parecer quanto ao mérito.

FUNDAMENTAÇÃO

O passaporte da vacina é uma medida que busca estimular a população a obter a imunização contra a Covid-19. Por conseguinte, a vacinação assume um caráter decisivo para prevenção do contágio da mencionada doença viral. Ademais, os riscos de contaminação são maiores em locais fechados, com pouca circulação de ar, onde há uma grande proximidade entre as pessoas ou, quando pela natureza da atividade, é necessário tirar a máscara.

Este é o caso de restaurantes, lancherias e bares, pois são locais fechados, muitas vezes sem janelas e onde é necessário retirar a máscara para o consumo de alimentos e bebidas. Já em eventos, teatros, cinemas, casas de shows e casas noturnas, a proximidade das pessoas em locais fechados e com pouca ventilação aumenta muito o risco de contaminação.

Embora as vacinas não impeçam que a pessoa vacinada seja infectada pelo coronavírus, elas diminuem a chance de infecção e, principalmente, a gravidade da doença. Neste sentido, quanto maior a quantidade de pessoas vacinadas, maior será a diminuição da circulação do vírus, o que resultará em ação protetora de indivíduos não vacinados.

Destarte, temos que o presente projeto de lei, no mérito, enfraquece os esforços adotados até o momento pelo Executivo Municipal para o combate ao coronavírus e dificulta que o processo de retomada das atividades econômicas e sociais ocorra de forma segura.

VOTO

Ante o exposto, voto pela **REPROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 5408/22, em 2º turno de votação.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 9 de março de 2022.

Vereador JOÃO BATISTA GONÇALVES – Cabo Batista
Relator

Vereador JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA – João Marra
Presidente

Vereador WILLIAN DE CAMPOS
Membro